

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (1)

Conversações em Pretória entre Moçambique e a África do Sul, segundo o correspondente da BBC em Maputo

1º Comentário

Foram retomadas na África do Sul conversações visando pôr fim à guerra civil de 8 anos em Moçambique.

O Ministro moçambicano na Presidência para os Assuntos Económicos encontra-se em Pretória para se reunir com representantes do Governo da África do Sul que também manterão discussões com representantes dos rebeldes - o Movimento Nacional de Resistência.

O Governo de Moçambique afirma que as contínuas operações dos rebeldes estão a pôr em perigo o Pacto de Não-Agressão acordado em Março com a África do Sul, segundo o qual ambos os países acordaram em pôr em prática medidas visando pôr cõbro às operações de guerrilheiros hostis a cada um dos respectivos países.

"As expectativas aqui em Maputo são de que o Governo de Moçambique e os rebeldes do MNR, representados por Afonso Dlhakama, venham a assinar um acordo para acabar com as hostilidades e que irá iniciar-se o processo para reintegrar os efectivos do MNR na vida nacional do País.

Moçambique está a falar numa amnistia mas Dlhakama e os sul-africanos referem-se ambos a um cessar-fogo.

A agência noticiosa oficial AIM, que manteve em Pretória um representante no decurso dos 2 dias de reuniões da semana passada, está a dar ênfase à tentativa sul-africana de desempenhar o papel de mediano (middleman) para com o MNR, que Pretória ela mesma criou.

Observadores em Maputo salientam a realização de reuniões de alto nível (high profile meetings) entre o Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, e os líderes do MNR realizadas no intervalo das negociações que aquela personalidade de realiza com o Major-General Jacinto Veloso.

Afonso Dlhakama, ex-oficial do exército moçambicano, preso por roubo antes de fugir para a África do Sul e reaparecer, posteriormente, no MNR, parece agora ter sido aceite como o líder dos rebeldes.

Durante todas essas conversações em Pretória, fontes moçambicanas em Maputo, referem que Moçambique rejeitou tanto o porta-voz do MNR, Evo Fernandes, baseado em Lisboa, e Dlhakama, como representando o MNR.

No entanto, Moçambique parece agora ter aceite Dlhakama como representante dos rebeldes do MNR no interior de Moçambique.

Inf. Pretoria M.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	Nº182	1984-10-02	p. 5-6
------------------	--------	------------	-------	-------	------------	--------

A pergunta, no entanto, permanece de pé: se o cessar-fogo, ou a amnistia, in
cluirá ou não os 18 000 rebeldes [como escutado] que Pretória diz ter nos seus cam
pos.

Moçambique tem sob custódia 6 000 elementos do MNR, capturados e que se ren-
deram, e há, pelo menos, número idêntico à solta no campo".

Despacho Telegráfico de Lois Browne, em Maputo.

0031G1984-10-01; 19, 10h

3AQN/SLML/7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (2)

Delegações de Moçambique e da África do Sul reunidas novamente em Pretória2º Comentário

Continuaram hoje, [dia 1], as negociações iniciadas a semana passada, em Pretória, entre os Governos moçambicano e sul-africano.

Uma delegação moçambicana, chefiada pelo Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos, general Jacinto Veloso, é portadora de uma mensagem para o Presidente Pieter Botha.

A semana passada o General Jacinto Veloso classificou a fase actual das negociações como decisiva.

Disse ainda que se não fosse posto termo à violência pelo Movimento RENAMO em Moçambique então o Pacto de Não-Agressão de Nkomati, entre a África do Sul e Moçambique, poderia ser seriamente prejudicado.

O Presidente do Movimento RENAMO, Afonso Dhlakama, disse na semana passada numa conferência de Imprensa em Pretória que os delegados da RENAMO tinham discutido em Pretória a possibilidade de um cessar fogo com o Governo da FRELIMO.

O Ministro sul-africano dos [Negócios] Estrangeiros, Pik Botha, disse, naquela altura, que as conversações tinham alcançado um estágio [como escutado] não só crítico como muito delicado, numa tentativa para criar a segurança, a Paz e a estabilidade na África Austral.

003 1B-1984-10-01; 21,00h

3AQN/5ML/7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (3)

Moçambique e a África do Sul discutem, em Pretória, questões de segurança

3º Comentário

Uma delegação governamental moçambicana, está em Pretória para conversações com as autoridades sul-africanas acerca do Pacto de Não-Agressão, assinado pelos dois países no princípio deste ano.

A delegação é chefiada pelo Ministro [na Presidência] para os Assuntos Económicos, Jacinto Veloso, que entregará ao Presidente Botha uma mensagem pessoal do Presidente Samora Machel.

O conteúdo desta mensagem não foi revelado.

Na semana passada, representantes do Governo sul-africano mantiveram conversações separadas com Jacinto Veloso e com líderes da resistência moçambicana.

De acordo com o Pacto de Nkomati, a África do Sul tinha-se comprometido a deixar de apoiar os rebeldes moçambicanos. Mas as autoridades de Moçambique têm-se queixado de que as operações de guerrilha continuam.

A delegação moçambicana regressou hoje, [dia 1], a Pretória, o que poderá significar que alguns progressos estarão a ser feitos no campo das negociações. [Passagens imperceptíveis devido a dificuldades de recepção] o General Veloso afirmou que 6 meses após a assinatura do Acordo de Nkomati, Moçambique ainda não recebera resultados práticos no que diz respeito à cessação das hostilidades e que a própria existência do Acordo poderia ser posta em perigo, se a violência não terminasse.

A delegação do Governo moçambicano terá mantido contactos apenas com o Governo da África do Sul e não com uma delegação da RENAMO que também se encontra em Pretória.

A delegação moçambicana estaria agora na disposição de aceitar a figura de Afonso Dhlakama, um antigo oficial do exército moçambicano que emergiu nos últimos meses como líder da Resistência, como o representante dos rebeldes ao contrário do que sucedia em Agosto passado, quando tal era peremptoriamente negado pelas autoridades moçambicanas.

Moçambique parece, no entanto, manter-se inflexível quanto ao facto de não querer incluir em quaisquer processos de amnistia duas outras destacadas figuras da RENAMO que têm actuado como porta-vozes da organização junto de Países Ocidentais - são eles Evo Fernandes e Jorge Correia.

Maputo considera que os dois homens não são moçambicanos mas sim cidadãos portugueses e que cabe a Portugal lidar [como escutado] com eles.

Outra questão que parece permanecer ainda em aberto liga-se com a sorte de cerca de 8 000 rebeldes [como escutado] que a África do Sul afirma manter em campos de refugiados naquele país.

Moçambique mantém, neste momento, cerca de 6 000 rebeldes presos ou sob custódia e julga-se que um número semelhante de homens continuará a operar em diversas zonas do País.

A reintegração deste elevado número de homens será, naturalmente, um processo caro e Moçambique sugeriu, por diversas vezes, que a comunidade internacional de veria contribuir com auxílio para a implementação do processo de reintegração.

Ao que tudo indica, apenas os Estados Unidos terão, até agora, dado indicações de que poderiam estar na disposição de contribuir com algum dinheiro mas mais de nenhum lado surgiram, até agora, sinais de auxílio.

003 16-1984-10-01; 22,45h

3AQN/SLML/7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (4)

Prosseguem, em Pretória, negociações entre dele
gações da África do Sul, Moçambique e RENAMO

As negociações entre a África do Sul, Moçambique e o Movimento moçambicano RENAMO continuam em Pretória.

As negociações duraram até depois da meia-noite de ontem, [dia 1].

As delegações são lideradas pelo Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, pelo Ministro moçambicano na Presidência para os Assuntos Económicos, General Jacinto Veloso e pelo Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama.

Na semana passada, o General Veloso descreveu [palavra imperceptível] como decisivas e disse que se não se verificasse o fim da violência da RENAMO em Moçambique, o Pacto de Não-Agressão de Nkomati, entre a África do Sul e Moçambique, poderia ficar seriamente em perigo.

[Esta foi a 1ª notícia do boletim noticioso das 08,30h e a sua leitura durou 47 segundos]

003 1B-1984-10-02; 08,30h

3AQN/5ML/7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (5)

5º COMENTÁRIO

O Departamento dos Negócios Estrangeiros da África do Sul recusou-se a comentar sobre notícias acerca de uma proposta de acordo ("draft agreement") concedendo amnistia a membros do movimento RENAMO [A delegação moçambicana apresentou, no dia 27 de Setembro, à parte sul-africana o projecto de amnistia para os bandidos, antecâmara para uma reconstrução nacional em Paz". N1984-10-03].

O departamento igualmente recusou-se a comentar uma notícia da AIM de que as conversações tinham atingido um estágio delicado ("a delicate stage") e que o Acordo de Nkomati está em perigo.

[As conversações, iniciadas no dia 1 em Pretória, atingiram um estágio delicado que, na ausência de sucesso, poderiam acabar por pôr em causa o próprio Acordo de Nkomati". N1984-10-03].

A agência noticiosa moçambicana AIM revela que, ao contrário das expectativas, a delegação moçambicana envolvida em discussões sobre segurança com funcionários da África do Sul, pernoitou em Pretória e que as negociações continuarão hoje, dia 3 [e deverão ficar concluídas durante o dia de hoje. N1984-10-03].

Um membro da delegação moçambicana disse aos jornalistas em Pretória que os sul-africanos assumiram uma atitude construtiva e que as conversações desenrolaram-se positivamente.

Anteriormente, o porta-voz da delegação moçambicana tinha dito que a não ser que as conversações façam progressos rápidos os moçambicanos arrumariam as malas e regressariam a casa [não estamos dispostos a ficar aqui por muito mais tempo; ou resolvemos isto rapidamente ou vamo-nos embora", declarou no dia 2 à AIM um elemento da delegação. N1984-10-03].

A agência noticiosa AIM refere que o facto de isto não ter sucedido poderá querer dizer que os sul-africanos movimentaram-se para uma posição mais próxima de uma aceitação da posição moçambicana, mas não há informações detalhadas disponíveis acerca do conteúdo das negociações e nenhuma declaração foi emitida.

A AIM havia anteriormente referido que as conversações teriam atingido um ponto crítico ("a critical point") e que o próprio futuro do acordo de Não-Agressão de Nkomati tinha sido posto em questão.

A AIM disse que o Governo moçambicano tinha deixado claro que nunca esteve envolvido em negociações políticas com o movimento RENAMO ["... é absolutamente impensável que o Governo legítimo

da República Popular de Moçambique negoceie politicamente com ter
rotistas". N1984-10-03]

Notícias anteriores divulgadas em Pretória informavam que
o Presidente da RENAMO estava também a participar nas discussões.

[Esta foi a 1ª notícia do boletim informativo].

0031B1984-10-03;08,30h

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (6)

Moçambique e a RENAMO acordaram, em Pretória, num cessar fogo

6º Comentário

O Presidente da África do Sul, Botha, anunciou em Pretória que um acordo de cessar fogo ("cease fire agreement") foi alcançado entre o Governo de Moçambique e o principal grupo de guerrilha que opera naquele país.

O acordo seguiu-se a conversações [realizadas] em Pretória.

O correspondente para África Austral da BBC, em Johannesburg, para mais pormenores:

"Ladeado, por um lado, pela delegação do Governo marxista de Moçambique e, por outro lado, pelos líderes do exército de guerrilheiros, Pieter Botha anunciou que ambas as partes assinaram uma declaração visando estabelecer a base para a Paz naquele País.

A declaração estipula que o Presidente Machel permanece Chefe de Estado e que o conflito armado e a guerra no interior de Moçambique, quaisquer que sejam as causas, deve parar, que a África do Sul deve considerar ajudar o processo de Paz e que vai ser estabelecida uma comissão principalmente para implementar o acordo.

Pieter Botha disse que tropas sul-africanas irão a Moçambique para apoiar Moçambique a supervisionar ("monitor") o cessar fogo.

O acordo assinado por estes dois [palavra imperceptível] elementos é um significativo golpe diplomático para a África do Sul e aparece imediatamente após os protestos internacionais relativamente à forma como tratou o caso do consulado [britânico] em Durban.

Certamente, para demonstrar quão seriamente a África do Sul considera o acordo, o Presidente Botha juntou-se às delegações, logo após a declaração ter sido anunciada, dizendo que ela constituía um passo importante para Moçambique e para toda a África Austral.

Ele prosseguiu dizendo que "é um indicativo para aqueles, dentro e fora da região ("within and out of the region") que não desejam ver a África Austral (conquistada?) que nós prosseguiremos em frente, em explicar os nossos esforços [palavra imperceptível].

E claro que a África do Sul espera do cessar fogo uma paz duradoura possa ser estabelecida em Moçambique que permitirá que o Acordo de Nkomati, [assinado] entre os 2 países, possa ser completamente implementado.

[Este despacho de Johannesburg teve a duração de 2 minutos]

003 1G-1984-10-03; 14,00h

3 AQN/5LMT/7AQN

Inf. Restrita IM.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	no 184	1984-10-04	p. 7
-------------------	--------	------------	-------	--------	------------	------

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (7)7º COMENTÁRIO

O professor John Banet, director do SA INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS comenta para a BBC o acordo de cessar fogo entre Moçambique e a RENAMO.

A África do Sul desempenhou um papel muito importante neste acordo de cessar fogo.

A África do Sul estava certamente preocupada com o facto de o acordo com Moçambique poder desmoronar-se e não ser possível parar a luta naquele país.

Nos últimos 3 meses realizaram-se negociações intensas com a África do Sul no meio negociando, por um lado, com o MNR e, por outro, com o Governo moçambicano e isto acabou agora por conduzir a um acordo para o fim pacífico do conflito naquele país.

É claro que houve ligações entre a África do Sul e o MNR e elas eram, presumivelmente, bem firmes e foram estabelecidas durante a altura em que a África do Sul estava a dar apoio àquele Movimento.

Penso que uma pessoa pode desde já acreditar - como os moçambicanos aparentemente parecem acreditar - que a África do Sul cortou, de facto, as suas ligações militares, deixou de dar qualquer tipo de apoio; mas, penso que isso tudo foi [realizado] a pedido do Governo moçambicano ou, pelo menos, com a sua concordância e enquanto se procurava um processo de tentar encontrar alguma solução, o conflito prosseguia.

A grande questão é agora que o acordo implica-se ele diz expressamente isso mesmo que a África do Sul deverá participar na implementação deste acordo e isso implica, muito claramente que a África do Sul pode, até, ver-se envolvida em qualquer tipo de presença militar, de força militar, para supervisionar, para ajudar a pôr fim ao conflito em Moçambique.

Esta vai ser futuramente a área de possíveis dificuldades.

Não há indicações do número de efectivos militares sul-africanos [envolvidos na supervisão do cessar fogo], mas haverá muita relutância no interior da África do Sul em ver as tropas sul-africanas passarem a envolver-se em Moçambique.

[Passagens imperceptíveis por dificuldades de recepção]

Há uma aceitação do papel da África do Sul neste processo por parte do Governo moçambicano e, obviamente outros países poderão ter isto em consideração.

Poderá ter implicações para Angola, na resolução futura do conflito muito mais difícil, [passagem imperceptível] e as relações entre a UNITA e o Governo do MPLA e, neste aspecto, certamente poderá haver implicações na velocidade do processo de independência da Namíbia, levando até a que a UNITA possa vir a desempenhar um papel no Governo de Angola.

0031G1984-10-03;15,10h

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (8)Moçambique e a RENAMO acordaram, em Pretória, num cessar fogo8º comentário

O Governo de Moçambique chegou a acordo sobre um cessar fogo com os rebeldes, contra os quais tem vindo a combater numa guerra civil quase desde a Independência, há 9 anos, foi anunciado numa conferência de imprensa em Pretória pelo presidente sul-africano, P. W. Botha, na presença de representantes das duas partes que estiveram envolvidas durante semanas em negociações através de intermediários ("intermediaries") sul-africanos.

No âmbito do acordo, o presidente Machel permanece como Chefe de Estado e tropas sul-africanas provavelmente serão enviadas para Moçambique para supervisarem o cessar fogo.

P. W. Botha anunciou que o caminho em frente poderá estar pejado de perigos.

O acordo segue-se aos protestos, por parte do Governo de Moçambique, de que a África do Sul não estava a cumprir a sua parte no Tratado de Paz, assinado pelos dois países em Março, no âmbito do qual a África do Sul concordou em deixar de apoiar os rebeldes e Moçambique retirou o seu apoio ao ANC.

Numa conferência de Imprensa realizada no dia 3 em Pretória, o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, P. W. Botha, anunciou uma declaração feita por Moçambique e pelo movimento rebelde MNR, também conhecido por RENAMO.

"A declaração segue-se a séries de encontros envolvendo o Governo sul-africano, em conversações separadas com funcionários moçambicanos e com o MNR.

Não foi ainda anunciado nenhum prazo limite ("deadline") para o cessar fogo.

Os principais pontos do acordo são:

1º Samora Machel é reconhecido pela RENAMO como Presidente da República Popular de Moçambique;

2º a acção armada e o conflito em Moçambique venha ele de onde vier, ou venha de que fonte vier, deve parar;

3º o Governo da África do Sul é solicitado a considerar desempenhar um papel na implementação da declaração;

4ª uma comissão será imediatamente criada para trabalhar no sentido de uma rápida implementação da declaração.

Esta comissão está agora reunida, pela primeira vez, e é composta pelas três partes - RENAMO, Governo moçambicano e Governo sul-africano.

Como é que o MNR vai sair desta situação, porque ele tinha estipulado de que um cessar fogo só seria possível sob qualquer forma de partilha de poderes entre o MNR e a FRELIMO?

As solicitações e as exigências do MNR não foram consideradas aqui [em Pretória], durante as negociações;

Há informações relativamente à Comissão de Paz. ["Peace Commission"] Há uma declaração, de Pik Botha, de que soldados do exército sul-africano irão lá [a Moçambique] para ajudar o Governo moçambicano a criar condições ("creating conditions") para a integração das pessoas do MNR na sociedade.

Quantos soldados sul-africanos irão para Moçambique?

Ele [Pik Botha] não quis comentar acerca disso.

Será que a FRELIMO acredita, realmente, que haverá garantias, por parte da RENAMO, de que desiste das actividades militares, se não houver certas concessões feitas pela FRELIMO em termos de partilha de poder no Governo ou no exército?

A melhor coisa que o Governo de Moçambique obteve desta declaração é que ela diz que o Governo sul-africano assume a responsabilidade total ("full responsibility") na implementação do acordo.

Por outro lado, é verdade que se pode perguntar se os da RENAMO irão ou não obter lugares governamentais etc. ("government jobs") mas a declaração não contempla isso, embora em termos da RENAMO estes reconheceram Samora Machel como presidente e isso significa que eles também reconhecem a Constituição e [o presidente] Machel irá decidir se irá, ou não, admiti-los no Governo ou se irá, ou não, acomodar tais pessoas.

Porque é que o MNR decidiu desistir e concordar com este cessar fogo?

O MNR esteve debaixo de muitas pressões - por um lado, perdeu a sua fonte de apoio ("source of support") e por outro, lado a própria África do Sul sentiu que estava, também, sob certas pressões por parte de países tais como os Estados Unidos e o Reino Unido bem como de pressões internas, porque há muitos homens de negócios interessados em investir em Moçambique e têm estado a pôr alguma pressão sobre o Governo porque não podem vir para Moçambique, para investir na Agricultura e noutros domínios com a situação actual de segurança".

Alves Gomes, em Pretória.

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (9)9º comentário

Um porta voz da RENAMO desmentiu que um cessar fogo tives se sido acordado.

Num telefonema de Lisboa para o correspondente da BBC há momentos [cerca das 19,30 horas de Maputo, 1984-10-03] o porta-voz disse que no respeitante á RENAMO e á FRELIMO a guerra prossegue.

O que foi acordado [em Pretória] fôí o princípio de cessar fogo mas, até agora, não ficou nada decidido em relação a datas. 0031 G1984-10-03;19,30h

A África do Sul anunciou que um cessar fogo vai ser elaborado pelo Governo moçambicano e pelos rebeldes contra os quais tem vindo a lutar há vários anos.

O presidente da África do Sul, P. W. Botha, anunciou após conversações em Pretória que uma comissão envolvendo ambas as partes, presidida pela África do Sul, iria começar imediatamente a trabalhar nos pormenores e na fixação de uma data para o cessar fogo.

[O presidente] Botha era acompanhado por representantes do Governo moçambicano e do movimento rebelde RENAMO, quando fez a sua declaração.

Mas, imediatamente após, ambas as partes emitiram comunicados indicando que não aceitavam que a guerra civil tinha terminado.

A agência noticiosa moçambicana revelou que o exército continuará as suas operações contra os rebeldes.

Um porta-voz da RENAMO anunciou que somente o princípio de cessar fogo foi acordado e que não há nenhuma alteração à situação actual, acrescentando que, pelo seu lado, a RENAMO não aceitar a presença de tropas sul-africanas no interior de Moçambique para supervisionar ("to monitor") o cessar fogo.

Correspondentes fazem notar que tais declarações poderão pretender mostrar aos simpatizantes de ambas as partes que eles não foram traídos [sold out].

0031 G1984-10-03;23,00,24,00h

0031 G1984-10-04;01,00h

3AQN/5 /7AQN

Inf. Restrita D1.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	Nº185	1984-10-05	p. 7
-------------------	--------	------------	-------	-------	------------	------

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (10)A Declaração de Pretória10º comentário

Não há indícios de um fim rápido da luta em Moçambique.

Um representante do Governo anunciou que as tropas moçambicanas continuarão com as suas operações até os rebeldes cessarem as suas actividades enquanto um porta-voz da RENAMO disse não haver uma mudança na situação tendo rejeitado a sugestão sul-africana de que tropas da África do Sul poderiam supervisionar o cessar fogo em Moçambique.

0031 G1984-10-04;08,00h

3AQN/5 /7AQN

Inf. Restrita M.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	Nº185	1984-10-05	p. 9
------------------	--------	------------	-------	-------	------------	------

ANEXO

IRD

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (11)A Declaração de Pretória11º comentário

Tanto os Estados Unidos como o Reino Unido saudaram a Declaração de Pretória como uma contribuição adicional para a Paz na África Austral.

A "Voz da América" cita um porta-voz do Departamento norte-americano de Estado como tendo afirmado que os Estados Unidos saudaram o acordo de cessar fogo entre o Governo de Moçambique e o movimento RENAMO.

O acordo contribuirá não apenas para o bem estar ("welfare") dos moçambicanos mas também para a obtenção da Paz e da Prosperidade em toda a região.

O Governo britânico saudou igualmente a notícia.

Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse em Londres que o Reino Unido saudou calorosamente o acordo de cessar fogo como teria saudado qualquer movimentação que trouxesse a paz a uma região conturbada.

O porta voz disse ainda que o Governo britânico aguardava ainda mais detalhes dos termos do acordo.

Na sua reacção a agência noticiosa moçambicana AIM anunciou que o acordo de Pretória é importante porque ele indica que a RENAMO aceitou a autoridade do Estado moçambicano.

A AIM diz ser também importante que a África do Sul concordou abertamente em desempenhar um papel activo ("to play an active role") em estabelecer a Paz em Moçambique. Com o fim da luta armada ("armed struggle") em Moçambique a África do Sul e Moçambique poderão iniciar as novas relações previstas com a assinatura do Acordo de Nkomati.

Um porta voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal anunciou que o Governo português considera os recentes desenvolvimentos na África Austral como positivos e expressou a esperança de que o processo da Paz na África Austral seja consolidado.

Falando ao representante da Rádio RSA, em Lisboa, o porta voz disse que o Governo português seguiu de perto tudo o que estava a ser feito no sentido de normalizar as condições de segurança ("security conditions") e de levar a Paz ao Povo de Moçambique.

O secretário-geral do movimento RENAMO, em Moçambique, Dr. Evo Fernandes, afirmou que a RENAMO continuará com a guerra civil e poderá até efectuar uma escalada das suas acções, apesar do cessar fogo, anunciado no dia 3 em Pretória.

O Dr. Fernandes revelou à UPI e à France Press que há apenas especulações ("speculations") acerca da Paz ou de um cessar fogo, mas este não é ainda uma realidade.

Em telefonemas dirigidos aos escritórios em Lisboa das duas agências noticiosas, ele informou que a RENAMO não abandonou ("not relinquished") as suas exigências relativamente a um ~~governo de reconciliação nacional~~ em Moçambique. O acordo de cessar fogo foi alcançado apenas em princípio e ele não estabeleceu quando e como o cessar fogo será implementado, pelo que a guerra em Moçambique continuaria. O Dr. Fernandes revelou que a RENAMO ainda insiste na partilha do poder ("sharing power") e que o movimento não se comprometeu em manter o presidente Samora Machel no poder.

Ele acrescentou que o acordo [palavra imperceptível] o reconhecimento ("recognition") do movimento RENAMO pelo Governo moçambicano e este passo foi concebido para produzir resultados combativos ("combatival results"? - imperceptível).

[Esta foi a 1ª notícia do boletim informativo e a sua leitura levou 3 minutos e 40 segundos].

0031 B1984-10-04;08,30h

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (12)A Normalização das relações com Moçambique12º comentário

Apesar das iniciativas sul-africanas de Paz em curso e o facto de o Acordo de Nkomati ter significado uma meia volta para a região, a ameaça de acções terroristas ainda permanece na África do Sul.

O general do exército Viljoen anunciou que desde a normalização das relações com Moçambique regista-se na África do Sul um incremento em actos de terrorismo, boicotes, agitação e de actos de intimidação.

O chefe das forças de defesa da África do Sul, General Constant Viljoen, revelou que o ataque violento, por parte de terroristas contra a África do Sul está a denotar uma mudança de ênfase tendo apelado para um aumento da preparação militar.

Apesar do Acordo de Lusaka, e de outras tentativas de Paz, a SWAPO continua activa no norte da Namíbia e o ANC está ainda empenhado em acções de agitação e de sabotagem na África do Sul.

Por todas estas razões não poderá ainda falar-se na África do Sul de abandono da prontidão militar.

0031 B1984-10-04;08,30h

Inf. Restrita M.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	Nº185	1984-10-05	p. 13
------------------	--------	------------	-------	-------	------------	-------

ANEXO

IRD

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (13)Imprensa britânica do dia 4 comenta o acordo de cessar fogo de Pretória13º comentário

A edição diária do "Financial Times" [circulação diária de 179 000 exemplares] insere um extenso artigo sobre o acordo para um cessar fogo entre o governo de Moçambique e as forças rebeldes, após anos de guerra civil.

"O "Guardian" [circulação diária de cerca de 411 000 exemplares] examina os planos para um cessar fogo entre o governo de Moçambique e o movimento rebelde apoiado pela África do Sul, a Resistência Nacional Moçambicana.

Segundo o jornal é um perfeito exemplo do que ideologias diametralmente postas podem alcançar quando conseguem aperceber-se de interesses comuns.

Se puder ser posto a funcionar, o cessar fogo poderá ser a salvação do Acordo de Nkomati, assinado em Março por Pretória e Maputo, o qual esteve prestes a ser sabotado pelos rebeldes em meses recentes.

Era, decididamente, um Tratado desigual, diz o jornal, e a África do Sul comprovou ser incapaz, senão mesmo não estar disposta, a restringir os rebeldes. Agora, finalmente, Moçambique obteve a recompensa prometida mesmo que isso implique a acção das tropas sul-africanas como árbitres.

O jornal diz ainda que Moçambique necessita de uma paz verdadeira mas a África do Sul precisa de comprovar que pode respeitar a sua parte no contrato ["bargain"].

0031 G 1984-10-04;08,20h/0031 G-
1984-10-04;11,10h

3AQN/5 /7AQN

Inf. Restrita IN.	Maputo	GEDIMO/AIM	X Ano	Nº184	1984-10-05	p. 15
-------------------	--------	------------	-------	-------	------------	-------

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (14)14º comentário

O papel da África do Sul, como medianeira entre o Governo moçambicano e a RENAMO, que culminou ontem dia 3, com a Declaração de Pretória não pode deixar ser enaltecido.

As negociações que se prolongaram por longos 5 dias, tiveram lugar na capital sul-africana. Por quatro vezes pelo menos, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, salvou as conversações de um colapso

a Elas estiveram à beira de um fracasso total, oscilando entre exigências e contra exigências, tanto da parte da RENAMO como da parte do Governo da FRELIMO.

O ministro Pik Botha, conseguiu por fim persuadir ambas as partes, a abordar as suas exigências e concordarem num cessar fogo incondicional.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Rieffik Botha, referiu-se à sequência de todo o processo como citamos "os mais importantes 5 dias da minha carreira" o que dá uma ideia não só de como difícil e delicadas foram as conversações, mas também até que ponto elas eram vitais. E realmente muito delas dependia.

Paz interna em Moçambique, a completa efectivação do Acordo de Nkomati, relações inter-nações da África Austral, e a criação de um clima de estabilidade para atrair o tão necessitado investimento estrangeiro na região.

Ninguém será, no entanto, tão ingénuo que possa imaginar que tudo vai deslizar o mais favoravelmente possível a partir deste momento. Se a conciliação de boas intenções de todas as partes foi difícil a sua concretização vai ser ainda mais.

A RENAMO está numa forte posição, claramente as forças armadas da FRELIMO, não a poderão conter.

Serão os seus membros incorporados num Partido político com liberdade para contestar eleições.

Estes são apenas alguns dos assuntos a serem resolvidos no futuro.

O mais importante é que ambas as partes desejam a paz e fizeram todos os esforços para a conseguirem; sem dúvida que o factor decisivo, foi o quadro apresentado pelo ministro Pik Botha, de que a única alternativa seria a ruína total de Moçambique.

Numa entrevista concedida ontem, dia 3, após as conversações, aquele político revelou ter dito às duas delegações, que os povos da África Austral, estavam cansados de conflitos, mortes, caos, miséria e fome, e acrescentou que Moçambique tinha chegado a tal ponto, que nada mais restava no país.

Pintando o outro lado do quadro, ele mencionou a vasta ajuda financeira do Ocidente, que estava pronta a ser canalizada para o país, em ordem à sua recuperação económica. Enquanto que doações em dinheiro da África do Sul, possam ser limitadas, a República sul-africana, poderá fornecer a tecnologia e os conhecimentos, para ajudar o seu vizinho.

Tal inclui serviços médicos, inventários, assistência na construção e reparação de estradas através do país, e a vital assistência, agrícola.

Para lá de tudo o mais que a Declaração de Pretória possa significar, ela é uma prova em contraversa do desejo da África do Sul, para um compromisso de paz, estabilidade e progresso na África Austral, bem como para as boas relações com os seus vizinhos.

E assim é também a prova absoluta de que ao contrário do que os inimigos da África do Sul dizem este país não está tentando destabilizar os seus países vizinhos.

O que os críticos nas Nações Unidas, e noutros lados têm desta vez para dizer é como diz o ministro Pik Botha, um problema deles mesmos.

0031 B1984-10-04;21,00h

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (15)

15º Comentário

A reunião da Comissão de Implementação da Declaração de Pretória, composta pela África do Sul, Moçambique e pela RENAMO retoma hoje, dia 9, os seus trabalhos em Pretória.

A comissão é presidida pelo Vice-Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Louis Nell.

A reunião decorrerá à porta fechada.

O primeiro Ministro de Portugal, Mário Soares, anunciou em Lisboa que apenas aqueles que desconhecem a realidade da África Austral é que poderão condenar as conversações em curso entre o Governo de Moçambique e da RENAMO.

O Primeiro - Ministro Soares traçou um paralelo entre a Declaração de Pretória e as conversações entre a África do Sul e Angola que ele disse serem igualmente vitais para a Paz na África Austral.

As delegações de Moçambique e da RENAMO são chefiadas respectivamente pelo Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos, Jacinto Veloso, e pelo Secretário-Geral daquele movimento, Evo Fernandes.

003 1B-1984-10-09;08,00h

3AQN/5ML/7AQN

Inf. Restrita Di.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	Nº187	1984-10-09	p. 5
-------------------	--------	------------	-------	-------	------------	------

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (16)16º comentário

O assistente pessoal do presidente Samora Machel, Muradalli Mamadhussene, disse em Lisboa que qualquer cessar fogo entre os soldados do governo moçambicano e do movimento RENAMO teria que ser declarado unilateralmente pelo movimento.

A agência France Press citou Mamadhussene, que se encontra em visita a Portugal, como tendo dito que as operações contra o movimento RENAMO continuariam acrescentando ainda que a Declaração de Pretória, que previa um cessar fogo em Moçambique, dizia apenas respeito aos governos sul-africano e moçambicano e acrescentou que o objectivo principal da Declaração de Pretória era de dar impacto [como escutado] ao Acordo de Nkomati, assinado pelos dois países em Março.

Mamadhussene travou conversações em Lisboa com o presidente português, general Ramalho Eanes, e ainda com o primeiro ministro, Mário Soares.

As conversações tripartidas continuam a decorrer em Pretória e estão concentradas na Declaração de Pretória que procura o termo [como escutado] do cessar das hostilidades em Moçambique e reafirma o papel da África do Sul como mediadora no processo das negociações.

A actual fase das conversações deverá durar até ao dia 10.

Anteriormente, o secretário-geral da RENAMO, Dr. Evo Fernandes, afirmara ter esperanças após a primeira sessão, realizada na semana passada em Pretória, acrescentando que todas as coisas se apresentavam positivas e que isso seria um grande incentivo para a próxima sessão da Comissão de paz tripartida, estabelecida nos termos da Declaração de Pretória.

0031 B1984-10-09;21,00h

3AQN/5 /7AQN

Inf.Reestrta M.	Maputo	CEDIMO/AIM	X Ano	nº188	1984-10-10	p. 5
-----------------	--------	------------	-------	-------	------------	------

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (17)1.º comentário

Segundo informações provenientes de Pretória parece continuar a estar em causa a definição exacta do papel da Comissão Tripartida e o modo como ela irá funcionar.

Para além dos contactos no interior da Comissão Técnica, os representantes moçambicanos têm vindo a manter contactos estreitos com as autoridades sul-africanas, o que apenas vem confirmar o facto, desde logo levantado por Moçambique, de que a África do Sul constitua o ponto de passagem inevitável para o conseguimento [como escudado] de um acordo.

Aliás, nesta atitude está também a relutância, expressa pelas autoridades moçambicanas, em manter contactos directos com representantes dos rebeldes que, como ainda recentemente se afirmava, Maputo continua a classificar de bandidos armados.

Na realidade, continua patente uma diferença de interpretações sobre aquilo que passou a ser conhecido como a Declaração de 3 de Outubro, ou seja a Declaração de Intenções das três partes envolvidas no sentido de chegar a um cessar fogo.

Assim, para a RENAMO a Declaração (então proferida pelo Ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros) constitui um precedente para negociações de carácter político através da Comissão que tem vindo a reunir, falando-se nomeadamente de um cessar fogo que poderia ser conseguido caso as autoridades moçambicanas aceitassem a realização de eleições, alterações na Constituição do país e, inevitavelmente, uma mudança radical do seu sistema político.

Para o lado moçambicano, a interpretação é bastante diferente uma vez que a Comissão Tripartida é, essencialmente, vista como uma iniciativa sul-africana para pôr termo às actividades militares dos rebeldes que até Março último (aquando da assinatura do Acordo de Nkomati) eram apoiados por Pretória.

Segundo fontes moçambicanas, existe em Maputo a consciência de que a África do Sul é que tem algo a perder caso o Acordo de Nkomati seja denunciado por Moçambique que já deu a entender que Pretória não tem tomado as medidas ao seu alcance para pôr fim aos ataques dos rebeldes da RENAMO.

Os observadores chamam a atenção para o facto de, para além de Nkomati, Moçambique estar a dar uma oportunidade ao regime sul-africano para provar internacionalmente o seu desejo de iniciativas construtivas o que surge, assim, como um teste à seriedade sul-africana.

Dirigindo-se a um grupo de quadros governamentais e membros do Partido FRELIMO em Maputo, Jacinto Veloso (um dos principais responsáveis pela última ronda de conversações) afirmou nomeadamente que a Comissão, que agora tem vindo a reunir, é um mero instrumento técnico que deve estabelecer datas para a cessação das hostilidades e não um órgão destinado a dar ocasião à criação de um estatuto político para a RENAMO.

Moçambique continuará, assim, apenas decidido a conceder aos rebeldes uma amnistia caso estes estejam dispostos a depor as armas.

Aliás, ontem [dia 8] em Lisboa, Muradhali, um enviado do presidente moçambicano Samora Machel com mensagens destinadas ao primeiro ministro, Mário Soares, e ao presidente, Ramalho Eanes, dizia que não existe qualquer acordo com a RENAMO [veja-se, a este propósito, o 16º comentário] reafirmando a posição oficial moçambicana.

Por outro lado, chamado o comentar o facto de o novo porta-voz da RENAMO, em Lisboa, ser um dissidente, antigo embaixador de Moçambique em Lisboa, o representante do presidente Samora Machel diria que uma vez que o Estado Português está interessado em continuar as óptimas relações que vem mantendo com Moçambique, o Governo de Portugal saberá tomar isso em consideração e actuar da forma que pensa mais adequada.

0031 G1984-10-09;22,45h

3AQN/5 /7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (18)A situação em Angola comparada com a de Moçambique18º comentário

A miséria que se espalha através de Angola como resultado directo da guerra civil, entre o Governo do MPLA e o movimento UNITA, está, uma vez mais, reflectida nas recentes estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR.

É este mesmo ACNUR que nos dá a conhecer que 30 000 angolanos (dos quais cerca de 50% são crianças, sofrendo de malnutrição e de doenças) fugiram através das fronteiras terrestres para o Zaire, desde Dezembro para escapar á luta em Angola.

Muitas crianças morreram já de fome.

Embora a pressão contra o regime do MPLA esteja a crescer, cada vez mais com a UNITA a fazer contínuas conquistas territoriais e com o apoio, cada vez maior, das populações, o MPLA recusa ainda e uma vez mais a negociar um acordo ("settlement").

O MPLA está agora até a utilizar [norte-]coreanos em aditamento aos 35 000 soldados cubanos que estão a apoiar o Governo a manter-se no poder, face a uma escalada da violência armada por parte da UNITA.

Apesar dos seus problemas de tentar sobreviver ao avanço da UNITA, o MPLA parece incapaz ("incapable") de honrar o Acordo de Luanda formado com a África do Sul para controlar os elementos da SWAPO, que utilizam Angola como um trampolim para acções no norte da Namíbia.

Em troca da tentativa do MPLA para evitar que a SWAPO atinxisse a Namíbia, a África do Sul ofereceu-se para retirar todas as suas tropas do sul de Angola.

Embora a África do Sul tenha sido capaz de retirar a sua presença, quase totalmente, não tem conseguido completar a retirada devido á incapacidade ("incapability") do MPLA de controlar as movimentações da SWAPO.

O MPLA parece não ter forças ("powerless") para encontrar uma saída para o actual dilema através de negociações pacíficas ("peaceful negotiations") com a UNITA e com a África do Sul.

Parece agora mais claro que o MPLA é tão fortemente controlado ("strongly controlled") pela união soviética para poder avançar contra a vontade dos países ("powers") do Kremlin.

É o Kremlin que controla os norte-coreanos, os este-ale-
mães e os cubanos que, por sua vez, que não apenas protegem o re-
gime do MPLA contra a violência armada da UNITA bem como supervi-
sam se o MPLA executa as vontades dos patrões soviéticos.

O MPLA é, portanto, nada mais do que um fantoche de Mos-
covo.

Contrastando com tudo isto, Moçambique conseguiu precisa-
mente escapar-se a um destino semelhante por nunca ter permiti-
do à União Soviética ganhar o controle sobre o governo da FRELI-
MO tal como conseguiu em relação ao regime do MPLA, em Angola.

Eis então porque é que Moçambique foi capaz de concluir
o Acordo de Nkomati com a África do Sul, cujos frutos está agora
a recolher.

A Declaração de Pretória, que visa pôr termo à luta in-
terna em Moçambique entre a FRELIMO e o movimento RENAMO, é um re-
sultado directo de Nkomati.

Logo que seja restaurada a segurança em Moçambique esta-
rão lançadas as fundações para o redesenvolvimento ("redevelop-
ment") sócio económico do país.

Angola tem, ainda, de aprender esta lição.

0031B1984-10-11;08,40h

3AQN/5 /7AQN

A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE NKOMATI (19)19º comentário

As conversações, patrocinadas pela África do Sul, para pôr termo aos combates por parte dos rebeldes em Moçambique foram adidas ("adjourned") em Pretória, após 4 dias.

As negociações envolvem o Governo de Moçambique, o movimento de resistência RENAMO e terão continuação na próxima semana.

Não foram revelados pormenores mas um porta voz da África do Sul anunciou que foram feitos progressos.

Na semana passada, a África do Sul anunciou que a RENAMO tinha concordado num cessar fogo com o Governo moçambicano.

Pormenores da sua implementação estão ainda a ser trabalhados.

O correspondente da BBC em Moçambique, revelou que o Partido FRELIMO tem vindo a realizar reuniões públicas para clarificar aquilo que são consideradas as falsas interpretações (misconceptions") acerca da declaração de cessar fogo, sublinhando a necessidade de prosseguir o combate se os rebeldes não aceitarem a amnistia.

"O Governo da FRELIMO lançou-se na ofensiva em mais de um sentido.

Desencadeou uma grande operação na província de Maputo contra os guerrilheiros rebeldes do MNR ("MNR rebel guerillas") que têm estado activos especialmente naquela região após a assinatura em Março do Acordo de Nkomati com a África do Sul.

Simultaneamente está ocupada na realização de reuniões para a explicação da Declaração de cessar fogo da semana passada.

O Chefe de Estado-Maior do exército moçambicano, coronel-general-sebastião Mabote, disse no dia 10 em Magde, a norte de Maputo, que a ofensiva do exército segue-se à destruição da base provincial dos rebeldes na segunda metade do mês de setembro.

Informações detalhadas recentemente divulgadas revelam que 66 rebeldes foram já mortos e cerca de 500 foram postos fora de acção (out of action"), com a captura de armas e munições.

As autoridades [palavra imperceptível] em relacionar a ofensiva ao rapto e à morte de 2 italianos no distrito da Mamba, mais a sul, quando regressavam ao local de construção da barragem de Camandade (ou de Mamba) de onde os quatro foram.

Desde então o exército revelou provas de que eles foram assassinados pelos rebeldes precisamente antes da ofensiva do exército.

Os distritos de Magude e Moamba são extremamente sensíveis ("volatile, " como escutado).

Fontes não oficiais ("unofficial sources") em Maputo revelam que as autoridades em Mapulanguene, na parte norte do distrito de Magude, acreditam que os rebeldes continuam a atravessar a fronteira e a entrar em Moçambique a partir da África do Sul.

Um porta voz do exército revelou que mensagens interceptadas indicavam que os rebeldes receberam ordens para [palavra imperceptível] tomadas pelo exército mas os rebeldes responderam que tal acção seria demasiado dispendiosa uma vez que os comandantes dos rebeldes [palavras imperceptíveis].

A FRELIMO está a fazer esforço para explicar qual é a situação com a África do Sul nas negociações do cessar fogo com o MNR e tem realizado um número de reuniões bem convocadas com os seus membros e com o público em geral.

[Passagens imperceptíveis por dificuldades de recepção] o Ministro da Justiça alertou para os graves actos e barbaridades cometidos pelos rebeldes significam que a África do Sul não está a implementar o espírito do Acordo de Nkomati.

Lois Brown, correspondente da BBC em Maputo.

0031G1984-10-11;19,15h

3AQN/5 /7AQN

Na emissão em língua portuguesa da BBC para Africa, com início às 22,30h, locais, a parte final do despacho de Lois Brown foi apresentado desta forma:

"A FRELIMO tem estado a realizar encontros públicos com vários sectores da sociedade moçambicana.

O partido governamental tem sublinhado junto dos dirigentes religiosos a importância dos seus contactos directos com a população deixando sugerir que pretende que os sacerdotes transmitam ao povo a interpretação oficial das conversações de Pretória.

Nos encontros públicos atrás referidos, os oradores têm sublinhado a necessidade de manter a vigilância e continuar a combater, caso os rebeldes não aceitem a oferta moçambicana para uma amnistia.

Um porta voz [como escutado] do Ministério da Justiça, por seu lado, disse o que considerou ser a crescente barbaridade dos rebeldes mostra que a África do Sul não está a implementar o espírito do Acordo de Nkomati.

0031G1984-10-11;22,30h

3AQN/5 /7AQN